



**Demonstrações Financeiras
Consolidadas Preparadas de Acordo com
as Normas Contábeis Internacionais -
IFRS**

Banco Original S.A

31 de Dezembro de 2016

Relatório dos Auditores Independentes	1
Demonstrações Financeiras	
Balancos Patrimoniais	3
Demonstrações dos Resultados	4
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	7
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	8
Nota 2 . Base de Preparação	8
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	10
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa	15
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15
Nota 6 . Instrumentos Financeiros	16
Nota 7 . Empréstimos e Recebíveis e Perdas por Redução ao Valor Recuperável	18
Nota 8 . Ativos Fiscais e Passivos Fiscais Diferidos	20
Nota 9 . Outros Ativos Financeiros	21
Nota 10 . Ativo Imobilizado	21
Nota 11 . Ativo Intangível	22
Nota 12 . Outros Ativos	22
Nota 13 . Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	22
Nota 14 . Outros Passivos Financeiros	23
Nota 15 . Provisões	23
Nota 16 . Obrigações Fiscais	24
Nota 17 . Outros Passivos	24
Nota 18 . Patrimônio Líquido	24
Nota 19 . Limites Operacionais	25
Nota 20 . Partes Relacionadas	25
Nota 21 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	26
Nota 22 . Outras Despesas	26
Nota 23 . Despesas Gerais e Administrativas	26
Nota 24 . Despesas Tributárias	26
Nota 25 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	26
Nota 26 . Estrutura de Gerenciamento de Riscos	27
Nota 27 . Resultado por Ação	32
Nota 28 . Cessão de Marca e Domínio	33
Nota 29 Reconciliação	34
Relatório do Comitê de Auditoria	35

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Original S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos	4	42.718	38.322
Aplicações no mercado aberto	5	903.985	587.542
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	65.978	4.879
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	6	165.404	141.922
Ativos financeiros mantidos para negociação		165.404	141.922
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6	777.397	634.105
Ativos financeiros disponíveis para venda		777.397	634.105
Empréstimos e Recebíveis	7	5.088.355	4.110.073
Empréstimos e Recebíveis		5.313.563	4.224.183
Perda por Redução ao Valor Recuperável		(225.208)	(114.110)
Outros Ativos Financeiros	9	25.005	11.709
Ativos Fiscais		248.889	246.492
Impostos a compensar		8.730	34.450
Impostos diferidos	8.a	240.159	212.042
Outros Ativos	12	518.832	127.781
Imobilizado de uso	10	98.534	105.989
Ativos intangíveis e ágio	11	639.434	463.166
Total do Ativo		8.574.531	6.471.980
Passivo			
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		6.156.557	4.155.323
Recursos de clientes	13.a	3.148.858	1.407.976
Recursos de instituições financeiras	13.b	390.091	82.419
Recursos de emissão de títulos	13.c	2.410.770	2.165.367
Outros Passivos Financeiros	14	206.838	499.561
Outras provisões	15	41.311	52.512
Obrigações Fiscais	16	31.139	57.710
Impostos correntes		31.139	57.710
Outros Passivos	17	236.394	133.934
Total do Passivo		6.465.401	4.399.479
Patrimônio líquido			
Capital Social	18.a	2.130.001	2.130.001
Outros Resultados Abrangente	18.b	3.554	(10.976)
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(24.425)	(49.129)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		2.109.130	2.069.896
Participação de acionistas não controladores		-	2.605
Total do Patrimônio Líquido		2.109.130	2.072.501
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		8.574.531	6.471.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Produto Bancário		439.384	445.262
Receita de juros e similares	7.f	793.863	781.871
Despesa de juros e similares	13.d	(630.955)	(585.791)
Ganho/(Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos	6.b	335.328	159.808
Receita de serviços e comissões	21	32.752	35.077
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	7.d	29.236	15.003
Resultado operações de câmbio	9.a	(120.840)	39.294
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	7.d	(185.705)	(82.072)
Produto Bancário Líquido de Perdas por Redução Recuperável		253.679	363.190
Outras Receitas e Despesas		(246.298)	(278.051)
Despesas de pessoal	23.a	(294.181)	(160.489)
Outras despesas administrativas	23.b	(326.200)	(88.610)
Despesas Tributárias	24	(23.457)	(27.105)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	20	(3.669)	-
Outras Receitas e Despesas	22	35.491	(1.847)
Resultado de alienações	28	365.718	-
Resultado antes dos impostos		7.381	85.139
Imposto de renda e contribuição social	25	17.323	26.194
Lucro líquido do exercício		24.704	111.333
Atribuível aos acionistas:			
Controladores		24.704	111.555
Não controladores		-	(222)
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R\$ por ação)			
Lucro por ação ordinária		23.834	107.628
Lucro por ação preferencial		870	3.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Outros Resultados Abrangentes	18.b	3.554	(10.976)
Outros Resultados Abrangentes		6.776	(17.121)
Efeito dos impostos		(3.222)	6.145
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		3.554	(10.976)
Atribuível aos acionistas			
Controladores		3.554	(10.976)
Não controladores		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Outros Resultados Abrangentes			Total Patrimônio	Total Patrimônio Líquido	Total do Patrimônio líquido
	Capital Social	Ajuste a Valor Justo de Ativos Financeiros	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Líquido Acionistas Controladores	Acionistas não Controladores	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.103.451	(8.193)	(117.684)	1.977.574	10	1.977.584
Total de Resultados Abrangentes do Período	-	(2.783)	-	(2.783)	-	(2.783)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6	(2.783)	-	(2.783)	-	(2.783)
Outros Resultados Abrangentes	18.b	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social com Juros sobre o Capital Próprio	18.a	26.550	-	26.550	-	26.550
Lucro Líquido do Exercício controladores		-	111.555	111.555	-	111.555
Lucro Líquido do Exercício não controladores		-	-	-	(222)	(222)
Destinações:		-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	18.c	-	(43.000)	(43.000)	-	(43.000)
Participação não controladores		-	-	-	2.817	2.817
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.130.001	(10.976)	(49.129)	2.069.896	2.605	2.072.501
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.130.001	(10.976)	(49.129)	2.069.896	2.605	2.072.501
Total de Resultados Abrangentes do Período	-	14.530	-	14.530	-	14.530
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		14.530	-	14.530	-	14.530
Outros Resultados Abrangentes	18.b	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social com Juros sobre o Capital Próprio	18.a	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício controladores		-	24.704	24.704	-	24.704
Lucro Líquido do Exercício não controladores		-	-	-	-	-
Destinações:		-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	18.c	-	-	-	-	-
Participação não controladores		-	-	-	(2.605)	(2.605)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.130.001	3.554	(24.425)	2.109.130	-	2.109.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Atividades operacionais			
Lucro Líquido		24.704	111.333
Ajustes para reconciliar o lucro antes da tributação ao caixa líquido das atividades operacionais		255.433	57.859
Perda por redução ao valor recuperável reconhecido decorrente de perda de crédito	7.d	185.705	82.072
Depreciação	23	43.673	1.906
Tributos diferidos		(32.223)	(69.739)
Provisão para Ações - Trabalhistas e Cíveis	22	1.869	2.121
Provisão de Participações no Lucro	6	52.740	41.499
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	20	3.669	-
Lucro Líquido do exercício ajustado		280.137	169.192
Variações em Ativos e Passivos			
Redução (Aumento) em Aplicações no Mercado Aberto e Depósitos Interfinanceiros		(73.465)	345.313
Redução (Aumento) em Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		(209.347)	122.405
(Aumento) em empréstimos e recebíveis		173.035	(1.619.130)
Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros		(1.601.853)	36.322
(Aumento) em outros ativos		28.699	(238.764)
Aumento (Redução) em Passivo Financeiro ao Custo Amortizado		2.391.709	2.018.959
Redução em outras provisões		(300.086)	3.044
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais		(26.571)	24.729
Aumento em outros passivos		(105.977)	(76.207)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades operacionais		556.281	785.863
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de Uso		(75.728)	(62.808)
Aquisição de ativos intangíveis		(164.623)	(315.718)
Alienação de Investimento		642	-
Aquisição de Investimento		(8.099)	-
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de investimento		(247.808)	(378.526)
Atividades de Financiamento			
Juros pagos sobre o capital próprio e dividendos		-	(43.000)
Aumento de capital em dinheiro		-	26.550
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de financiamento		-	(16.450)
Aumento de caixa e equivalente de caixa		308.473	390.887
No início do exercício	4	625.864	234.977
No encerramento do exercício	4	934.337	625.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Original S.A. (Banco), é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, de crédito e financiamento, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Bases de Preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros, "International Financial Reporting Standards" - IFRS, emitidos pelo "International Accounting Standard Board" - IASB e as interpretações do "International Financial Reporting Interpretation Committee" - IFRIC descritos nesta nota explicativa. Portanto, estas demonstrações financeiras consolidadas estão totalmente em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações emitidas pelo IFRIC.

A reconciliação e a descrição dos efeitos da transição das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen (BRGAAP), para o IFRS, relativas ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e o lucro líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, estão demonstradas na Nota Explicativa 29.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Conglomerado Financeiro Original conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

2.1. Bases de Mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a utilização de diversas estimativas e premissas para calcular certos valores reconhecidos ou divulgados nas

a) Estimativas Contábeis e Julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas em IFRS requer o uso de estimativas contábeis críticas baseadas no julgamento da administração para a

a.1) Avaliação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data é observado pelo seu valor de venda ou aquisição por duas partes acordadas, em uma

a.2) Perdas por Redução do Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis

Banco executa o reconhecimento da provisão para perdas por redução do valor recuperável utilizando o método da perda histórica e análise individual das maiores operações de crédito para a divulgação em IFRS.

Para determinar o montante de perdas que devem ser registradas para um crédito ou para uma determinada classe de créditos, o Banco exerce seu julgamento

a.3) Redução do Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - ("Impairment")

O reconhecimento contábil de um ativo deve demonstrar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar depreciação ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma perda (provisão), ajustando o valor contábil líquido.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. Vale destacar que

a.4) Intangível

O IAS 38 define o ativo intangível como um ativo não monetário identificável sem substância física. Essa definição nos remete ao Pronunciamento Conceitual Básico ("Framework") que estabelece que um ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade. Três pontos dessa definição devem ser analisados com especial atenção tendo em vista o reconhecimento de um ativo intangível: identificação, controle e geração de benefícios econômicos futuros. Um intangível só deve ser reconhecido se atender a esses três pontos. Demais gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por softwares adquiridos junto a fornecedores externos e por gastos de desenvolvimento do Projeto Digital, observando as regras estabelecidas no parágrafo 58 do IAS 38 para ativos intangíveis gerados internamente. Esses gastos serão amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassarão dez anos, quando finalizar a fase do desenvolvimento.

a.5) Provisões

Banco revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos. Para as contingências classificadas como prováveis, são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica de Provisões para Contingências. Para contingências classificadas como possíveis o Banco divulga o montante em nota explicativa.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente

a.6) Reconhecimento e Avaliação de Impostos Diferidos

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são contabilizados sobre diferenças temporárias entre as demonstrações financeiras. O reconhecimento do ativo fiscal diferido depende do julgamento da Administração quanto à probabilidade e suficiência de lucros tributáveis futuros.

A previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, para os anos subsequentes está suportada na projeção de receitas futuras e outros fatores.

2.2. Bases de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco Original S.A, bem como da sua agência no exterior.

a) Controladas

São classificadas como controladas as entidades sobre as quais o Banco está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com essas entidades. As empresas consolidadas em 2016:

- Original Asset Management Ltda.
- Original Corporate Ltda.
- Original Promotora Ltda.

As empresas consolidadas em 2015 foram:

- Original Asset Management Ltda.
- Original Corporate Ltda.
- Pic Pay Serviços S.A.⁽¹⁾
- Original Promotora Ltda.

(1) Investimento alienado em dezembro de 2016

b) Principais Procedimentos de Consolidação

Para fins de consolidação, a entidade controladora adotou práticas contábeis consistentes e uniformes. Vale mencionar os principais procedimentos de eliminação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre o Banco Original, Pic Pay Serviços S/A, Original Asset Management Ltda., Original Corporate Ltda. e Original Promotora Ltda.
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

2.3) Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras

a) Principais Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014): Anualmente o IASB fez pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7- Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 - Benefícios aos Empregados e a IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Original.

Alteração da IAS 16 - Imobilização e IAS -38 Ativos Intangíveis: A Alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Original.

Alteração da IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações tem o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo das demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Os principais impactos divulgados estão relacionados à divulgação das políticas contábeis e julgamento de materialidade nas notas explicativas.

Alteração na IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação - Requer que as entidades apresentem evidências em suas demonstrações financeiras que permitam que os usuários avaliem a significância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e performance da entidade; a natureza e a extensão dos riscos oriundos de instrumentos financeiros aos quais a entidade está exposta; e a forma pela qual a entidade gerencia esses riscos.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 - Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (joint venture): As alterações ocorridas, referem-se a existência de divergências entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), no que tange a alienação ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlado em conjunto (joint venture). Com vigência a partir de 1º de Janeiro de 2016.

IAS 19 - Benefícios a Empregados: Tem como objetivo prescrever informações quanto a contabilização e divulgação dos benefícios existentes disponibilizados à seus funcionários.

IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Tem como objetivo estabelecer os princípios para a apresentação de instrumentos financeiros como ativos, passivos ou instrumentos patrimoniais e para a compensação de ativos e passivos financeiros. Neste pronunciamento é adotada a perspectiva do emissor dos instrumentos financeiros.

IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Este pronunciamento, vem assegurar que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados às provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas, para permitir que os usuários entendam a sua natureza, extensão, oportunidade e valor.

IAS 38 - Ativos Intangíveis: Estabelece que uma entidade deve reconhecer um ativo intangível apenas se determinados critérios especificados neste Pronunciamento forem atendidos. O Pronunciamento também especifica como apurar o valor contábil dos ativos intangíveis, exigindo divulgações específicas sobre os mesmos. Um ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física.

IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Disciplina o reconhecimento e a mensuração de operações realizadas com instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

b) Pronunciamentos Contábeis a serem adotados

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Este Pronunciamento substituirá o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A intenção é que este relatório seja alterado em sua totalidade, entretanto o mesmo está dividido em fases que inclui (a) classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável e (c) contabilização de cobertura. O mesmo entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2018. Os impactos efetivos foram avaliados e concluídos até a data da entrada em vigor da norma.

IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens e serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11 bem como os impactos efetivos foram avaliados e concluídos até a data da entrada em vigor da norma.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

3. Principais Práticas Contábeis

a) Conversão de Moeda

a.1) Moeda Funcional e de Apresentação

O IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente o apuração de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e a extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

a.2) Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos financeiros expressos em moeda estrangeira são reconvertidos para reais na data de balanço à taxa de câmbio em vigor na respectiva data, e as diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado na rubrica "Variações cambiais (líquidas)".

b) Caixa e disponibilidades em bancos

O Banco define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto, que fazem parte da gestão de caixa, com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudanças de valor, conforme demonstrado na Nota Explicativa 4.

c) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

O Banco apresenta suas Aplicações em Depósitos Interfinanceiros em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado.

Os valores contabilizados representam razoável aproximação com o valor justo, pois os instrumentos incorporam as alterações na taxa base de atualização dos contratos Nota Explicativa 5.

d) Aplicações no Mercado Aberto/Captações no Mercado Aberto

O Banco dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrado ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Similares e Despesas de Juros e Similares, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

e) Ativos e Passivos Financeiros

e.1) Definição

De acordo com o IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma empresa e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra empresa.

Instrumentos de Patrimônio é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

Derivativo é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou "rating" de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

e.2) Reconhecimento e Classificação dos Instrumentos Financeiros

e.2.1) Data de Reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui (regular "waytrades"): compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

e.2.2) Reconhecimento Inicial de Instrumentos Financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e.2.3) Classificação dos Instrumentos Financeiros para Fins de Mensuração

Os instrumentos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento:** essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o Banco tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos a perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo. Não há títulos mantidos até o vencimento no exercício de 2016 e 2015.
- **Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado):** essa categoria inclui os ativos e passivos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação. Os ativos e passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período, os derivativos não designados como instrumentos de cobertura "hedge", se encaixam nesta categoria. As mudanças do valor justo desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Resultado Líquido com Investimento em Títulos e Derivativos";
- **Ativos Financeiros Disponíveis para Venda:** investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não-derivativos que são designados nesta categoria no reconhecimento inicial ou que não são classificados em outras categorias de ativos financeiros. Títulos patrimoniais não cotados em bolsa, cujo valor justo não pode ser mensurado de forma confiável, são contabilizados pelo valor de custo. Todos os demais instrumentos de dívida disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado;
- **Empréstimos e Recebíveis:** essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizado, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros; e
- **Passivos Financeiros ao Custo Amortizado:** passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pelas instituições financeiras.

e.3) Mensuração dos Instrumentos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo

e.3.1) Mensuração ao Custo Amortizado

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o valor no qual o ativo ou passivo financeiro é avaliado quando do seu reconhecimento inicial, menos as amortizações do principal, adicionado ou reduzido da amortização acumulada utilizando-se o método da taxa efetiva de juros de quaisquer diferenças entre o valor inicial reconhecido e o valor de resgate no vencimento, deduzindo-se quaisquer reduções por redução ao valor recuperável, inclusive na carteira de empréstimos e recebíveis.

e.3.2) Mensuração e Reconhecimento ao Valor Justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras do negócio e independentes entre si na realização de uma transação justa de mercado, na data de balanço.

Quando disponível, o Banco determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

Para os demais instrumentos financeiros sem preços cotados em mercados ativos, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, que podem incluir transações recentes realizadas entre partes independentes em condições justas de mercado, referência ao valor justo de instrumentos similares, método de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções. As técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco utilizam o máximo possível de dados de mercado, baseando-se no mínimo possível em estimativas específicas do Banco, incorporando todos os fatores que os demais participantes do mercado considerariam na determinação de um preço de negociação, e são consistentes com metodologias econômicas amplamente reconhecidas e utilizadas pelos demais participantes do mercado na precificação destes instrumentos financeiros. Os dados utilizados nas técnicas de avaliação representam razoavelmente as expectativas de mercado e avaliações dos fatores inerentes de risco e retorno do instrumento financeiro avaliado. O Banco calibra as técnicas de avaliação utilizadas e as testam para validação utilizando preços de transações de mercado atualmente observáveis do mesmo instrumento ou baseadas em outros dados de mercado observáveis.

A cada transação, o instrumento financeiro é reconhecido inicialmente pelo preço da transação, que é o melhor indicador do valor justo, embora o valor obtido pelo modelo de avaliação possa diferir do preço da transação. Essa diferença inicial é reconhecida subsequentemente na demonstração do resultado, dependendo dos fatos e circunstâncias individuais de cada transação, e nunca posteriormente à data em que os dados de mercado tornem-se completamente observáveis.

O Banco classifica ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado na ocorrência de uma das situações abaixo:

- Os ativos ou passivos são administrados, avaliados e reportados internamente com base no valor justo; e
 - A classificação elimina ou reduz significativamente um descasamento que de outra forma poderia ocorrer.
- A Nota Explicativa 6 estabelece o valor de cada classe de ativo ou passivo financeiro que foi classificado a valor justo por meio do resultado. A descrição da base para classificação está na nota explicativa referente a cada classe relevante de ativo e passivo.

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros para os quais não há preços cotados observáveis no mercado requer o uso de técnicas de avaliação conforme descritas na Nota Explicativa 6. Os métodos que o Banco deverá adotar para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros seguem três diferentes níveis:

- **Nível 1:** O Banco utiliza cotações públicas e preços disponíveis em mercado ativo. Estão incluídos nesse nível, substancialmente, os títulos de emissão do tesouro nacional, títulos de emissão privada com mercado secundário "ativo" e os instrumentos de patrimônio (ações) de outras entidades;

Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo;

- **Nível 2:** Na ausência de cotações públicas, para ativos idênticos, o Banco, através de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado para negociação do instrumento. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis. Os instrumentos financeiros derivativos, cuja mensuração está atrelada à construção de curvas por meio da utilização de taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) estão alocados neste nível;

- **Nível 3:** Caso também não existam disponíveis dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, a Administração se utiliza de informações internas e modelos internos para a apuração do melhor valor justo dos ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não haviam instrumentos financeiros enquadrados neste nível.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e.4) Identificação e Mensuração de Redução ao Valor Recuperável

Em cada data de balanço, o Banco avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados ao valor justo por meio do resultado apresentam redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros são considerados com redução ao valor recuperável quando evidências objetivas demonstram que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que esta perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável. A análise sobre o que constitui a perda por redução ao valor recuperável é uma questão de julgamento criterioso.

O Banco considera evidências de redução ao valor recuperável tanto para ativos individualmente significativos como no nível coletivo (massificado). Todos os ativos financeiros individualmente significativos são avaliados para se detectar perdas específicas. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente para se detectar redução ao valor recuperável agrupando-se ativos financeiros (contabilizados ao custo amortizado) com características de risco similares. As evidências objetivas de que os ativos financeiros (incluindo instrumentos de patrimônio) possuem redução ao valor recuperável incluem: quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros (operações em Recuperação Judicial, Confissão de Dívida e atrasos com mais de 90 dias), dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador, análise com base nas negociações efetuadas pelo Banco, desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras, dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Na avaliação da redução ao valor recuperável coletivo, o Banco utiliza estudos históricos da probabilidade de inadimplência e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da administração, quando as condições atuais de economia indicam que perdas reais tenham probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica.

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas pelas taxas de juros efetivas originais dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado na rubrica "Perda por Redução ao Valor Recuperável". Os juros de ativos com redução ao valor recuperável são revertidos contra o resultado do período, por não haver expectativa de recuperação.

Para as operações identificadas com evidência objetiva de redução ao valor recuperável são avaliadas as expectativas de recuperações de crédito, considerando aspectos como: o risco total do cliente, capacidade de pagamento do devedor, prazo de recebimento, probabilidade de recuperação e outros aspectos significativos para avaliar a capacidade de recuperação do crédito em situação de redução ao valor recuperável. Bem como as garantias recebidas consideradas fator mitigante da perda no valor recuperável.

O Banco utiliza como prática efetuar a baixa para prejuízo das operações vencidas há mais de um ano, quando já foram esgotados todos os procedimentos de cobrança e renegociação e, nesse caso, essas operações são consideradas extremamente improváveis quanto a sua recuperação.

Em adição, para investimentos em instrumentos de patrimônio, uma perda significativa ou prolongada no seu valor justo abaixo do custo inicial representa uma evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável com Instrumentos de Dívida disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período.

Quando um evento subsequente reduz o valor da perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida em Instrumentos de Dívida disponíveis para venda, esta é revertida contra o resultado do período. Entretanto, quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um instrumento de patrimônio disponível para venda anteriormente ajustado por uma perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. As mudanças nas provisões para redução ao valor recuperável atribuíveis ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

e.5) Reclassificação dos Ativos Financeiros

Uma vez que um instrumento financeiro foi classificado em uma categoria no reconhecimento inicial, fica restrita as circunstâncias em que é permitido a transferência à outra categoria.

De acordo com o IAS 39 é permitida a reclassificação de certos ativos financeiros de uma categoria que exige mensuração do valor justo (isto é, mantidos para negociação ou disponíveis para venda) em outra categoria sob circunstâncias limitadas. No entanto, os derivativos e ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado, não são elegíveis para reclassificação.

Ainda assim o IFRS define "circunstâncias excepcionais" como um único evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo. Na data da reclassificação, o valor justo de qualquer ativo financeiro reclassificado se torna o seu novo custo ou custo amortizado. Qualquer ganho ou perda já reconhecido no resultado não é revertida.

e.6) Desreconhecimento de Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros são baixados quando expiram os direitos contratuais sobre os seus fluxos de caixa, ou quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais são transferidos em uma transação na qual todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são substancialmente transferidos. Qualquer interesse sobre ativos financeiros transferidos, criados ou retidos pelo Banco, deve ser reconhecido como um ativo ou um passivo em separado.

O Banco efetua a baixa de passivos financeiros quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou expiradas.

O Banco realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos, ou uma porção deles, são retidos pelo Banco. Caso todos ou a maioria dos riscos e benefícios sejam retidos, os ativos transferidos não devem ser baixados do balanço patrimonial. Transferências de ativos com retenção de todos ou da maioria dos riscos e benefícios incluem, por exemplo, cessão de créditos com coobrigação e operações de venda de títulos com compromisso de recompra.

Nas transações em que o Banco não retém e transfere substancialmente todos os riscos e os benefícios de propriedade de um ativo financeiro, é feita a baixa do respectivo ativo quando o Banco deixa de exercer controle sobre este.

Em certas transações o Banco mantém a obrigação de prestar serviços sobre os ativos financeiros transferidos. Os ativos transferidos nesse caso são baixados em sua totalidade se cumprir os critérios de baixa. Um ativo ou um passivo é reconhecido pelos direitos do serviço prestado, quando o valor cobrado pelo serviço cobre os custos (um ativo) ou é inferior aos custos (um passivo) para a realização do serviço.

O Banco realiza a baixa de empréstimos e recebíveis e de instrumentos de dívida quando estes são considerados incobráveis.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Empréstimos e Recebíveis

Nesta categoria estão registrados os empréstimos e adiantamentos efetuados a instituições financeiras e a clientes. As operações são contabilizadas a valor justo, mais os custos de transação e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o procedimento utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período em sua respectiva conta.

O Banco classifica uma operação de crédito como não performando quando identifica evidência objetiva de perda na operação, desta forma a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em "Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos"

f.1) Perda por Redução ao Valor Recuperável

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de perdas por redução de seu valor recuperável, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido, utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a perda por redução do valor recuperável.

O Banco realiza a análise dos ativos financeiros, a carteira de empréstimos e adiantamentos, contabilizados ao custo amortizado, periodicamente. Para tanto, o Banco faz uso de julgamentos para verificar a existência de indicadores da impossibilidade de recuperação ("impairment") destes ativos. Estes indicadores correspondem a dados observáveis sobre impactos adversos na capacidade de pagamentos de devedores. Quando verificada a necessidade de reconhecimento do "impairment", para perdas incorridas, estes valores são reconhecidos e as provisões para perdas por redução do valor recuperável constituídas nas demonstrações financeiras.

Para a constituição desta provisão, decorrente de "impairment", de ativo financeiro ou empréstimo, o Banco adota processo estruturado de monitoramento contínuo de indicadores, tendo por base critérios objetivos e observáveis.

Para a apuração desta provisão é realizado cálculo das estimativas das perdas incorridas com base na diferença do valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa estimados. Para isto, o Banco segrega sua carteira de ativos financeiros, contabilizados ao custo amortizado, em duas classes:

- Análise Individual, para contratos e valores individualmente significativos (operações superior a R\$3 milhões e classificação mínima / rating "C"); e
- Análise coletiva, para contratos e valores não significativos individualmente.

Na análise individual, para as operações individualmente significativas, o Banco mantém um acompanhamento periódico e faz uma análise individual de cada contrato de empréstimo ou financiamento, utilizando modelagem baseada na monitoração dos critérios elegíveis e de sinais de alerta.

Na análise coletiva, para as operações não significativas individualmente, o Banco faz julgamentos baseados nas perdas históricas para ativos com características similares ou homogêneas, quanto à evidência objetiva de "impairment", utilizando-se de modelos de cálculo e de abordagens estatísticas que permitem derivar as provisões para as perdas incorridas. Os modelos e as premissas utilizadas para os cálculos de "impairment" são revisadas periodicamente.

g) Outros Ativos e Passivos Financeiros

Estes são basicamente compostos de câmbio, rendas a receber de adiantamentos concedidos, operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar. Os valores contábeis desses ativos/passivos são mensurados ao valor justo, uma vez que representam valores a serem recebidos / pagos no curto prazo. Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

h) Imobilizado em Uso

De acordo com o IAS 16, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Nota Explicativa 10.

O Ativo Imobilizado inclui o valor de sistemas de processamento de dados, instalações, móveis e equipamentos, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável.

i) Ativos Intangíveis e Ágio

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e que ocorrerá provavelmente a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva e são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por "softwares" adquiridos junto a fornecedores externos e por gastos de desenvolvimento do Projeto Digital. Esses gastos serão amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassará dez anos.

Com base nas informações apresentadas no IAS 38 e suportado pelas projeções de fluxo de caixa preparados, baseando-se assim na provável geração de benefícios econômicos futuros, o Banco entende que todos estes gastos ligados ao Projeto Digital, terão sua vida útil definida, em 10 anos.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O reconhecimento das provisões para o Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo acumulado contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário. De acordo com as práticas contábeis e tributáveis adotadas no Brasil.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A despesa de impostos sobre a renda é reconhecida no resultado, exceto quando advinda de uma transação reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes; nesse caso, o efeito fiscal é reconhecido no próprio resultado abrangente. É calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota cabível ao lucro real do período e das variações dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Os ativos e passivos diferidos incluem as diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou receber sobre as diferenças entre o valor contábil e sua respectiva base fiscal e créditos. Os ativos diferidos sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

Ativo fiscal corrente corresponde a valores de impostos a recuperar nos próximos doze meses. Já os ativos fiscais diferidos correspondem aos valores de impostos a serem recuperados em exercícios futuros, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não aproveitados.

Passivo fiscal corrente corresponde a valores de impostos a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício nos próximos doze meses. Já os passivos fiscais diferidos correspondem aos valores de impostos a pagar em exercícios futuros, de acordo com o IAS 12.

k) Outros Ativos e Passivos

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e provisão para perda, quando julgada necessária.

l) Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais ou menos a amortização acumulada, calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável "impairment".

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Recursos de Clientes Nota Explicativa 13.a;
- Recursos de Instituições financeiras Nota Explicativa 13.b;
- Recursos de emissão de títulos Nota Explicativa 13.c

m) Outras Provisões

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. Não existem ativos contingentes para 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Passivos contingentes são avaliados e divulgados de acordo com o IAS 37, e são obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os passivos contingentes do Banco decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios do Banco movidos por terceiros, ex-funcionários em ações cíveis e trabalhistas.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, leva em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possam ser estimados com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica "Provisões para Contingências";
- Possíveis: as quais são divulgadas nas Demonstrações Financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Desde 2014, efetuamos uma melhoria quanto a avaliação das contingências cíveis, classificadas com probabilidade de perda possível, de acordo com as premissas apresentadas por nossos assessores jurídicos, onde o cálculo do "VEE" (Valor Efetivo Econômico), passou a ser reconhecido a 50%, visto que anteriormente não efetuávamos nenhuma provisão para estes saldos, pois apenas os divulgávamos em nota explicativa.

Esta provisão passou a ser feita com base no histórico de condenações, mediante alguns procedimentos efetuados pela área jurídica como:

- (i) composição do montante do percentual histórico (desde jan/2012) de ações distribuídas em que há condenação;
- (ii) multiplicação pelo valor médio de condenações por processo;
- (iii) multiplicação pela média de nossa carteira de processos nos últimos 12 meses

Desta forma desde então para as contingências cíveis, o Banco melhorou a análise de cálculo das provisões, em virtude do aprimoramento da metodologia de apuração, quanto as contingências trabalhistas, tais mudanças não apresentaram impactos, e o efeito da melhoria foi reconhecido no resultado prospectivamente de acordo com o IAS 08.

n) Capital Social

O Capital Social do Banco é constituído por ações ordinárias e preferenciais e classificadas no Patrimônio Líquido, conforme descrito na Nota Explicativa 18.

o) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

No exercício de 2016 não foi deliberado dividendos na forma de JCP.

p) Lucro/(Prejuízo) por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício, de acordo com o IAS 33 Lucro por Ação. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O Banco informa que não existem fatores diluente de ações, desta forma o lucro por ação e lucro diluído por ação são os mesmos.

q) Reconhecimento de Receitas e Despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são os resumidos a seguir:

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

q.1) Receitas e Despesas com Juros e Similares

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

q.2) Comissões e Itens Similares

As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência).

Taxas e comissões pagas decorrentes de operações com terceiros, tais como corretagens, são reconhecidas quando o serviço ou operação for realizado.

q.3) Outras Receitas e Despesas

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados/incorridos pelo Banco, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

r) Garantias Financeiras

O Banco emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal dos seus negócios bancários.

Passivos de contratos de garantias financeiras são registrados inicialmente ao valor justo, que geralmente é o valor da comissão recebida ou a receber. Subsequentemente, os passivos de garantias financeiras são mensurados ao maior valor entre o valor justo inicialmente reconhecido (menos a apropriação do valor da comissão no resultado) e a melhor estimativa de gasto exigido para liquidar as obrigações.

s) Partes Relacionadas

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota Explicativa 20.

t) Benefícios a Empregados

Os benefícios que o Banco dispõe à seus funcionários é avaliado conforme as regras dispostas na IAS 19 - Benefícios a Funcionários, assim, os mesmos estão relatados conforme abaixo:

t.1) Benefícios Pós-Emprego

A despesa pós emprego que o Banco disponibiliza à seus funcionários refere-se, a extensão do plano de saúde, após o desligamento, por um período de 6 (seis) meses.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composição

Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira

Aplicações no mercado aberto

Aplicações em depósitos interfinanceiros

Total

	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	42.718	38.322
Aplicações no mercado aberto	886.056	587.542
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.563	-
Total	934.337	625.864

5. Aplicação no mercado aberto e aplicação em depósitos interfinanceiros

	31/12/2016			Total
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
Aplicações no Mercado Aberto	886.056	17.929	-	903.985
Posição Bancada	802.040	-	-	802.040
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	419.986	-	-	419.986
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.000	-	-	15.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	367.054	-	-	367.054
Posição Financiada	84.016	-	-	84.016
Notas do Tesouro Nacional - NTN	84.016	-	-	84.016
Aplicações em Moedas Estrangeiras	-	17.929	-	17.929
Aplicações em Moedas Estrangeiras	-	17.929	-	17.929
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.563	60.415	-	65.978
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	5.563	-	-	5.563
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - Não ligadas vinc.Crédito Rural	-	60.415	-	60.415
Total	891.619	78.344	-	969.963

	31/12/2015			Total
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
Aplicações no Mercado Aberto	587.542	-	-	587.542
Posição Bancada	504.302	-	-	504.302
Letras do Tesouro Nacional - LTN	385.000	-	-	385.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	119.302	-	-	119.302
Posição Financiada	83.240	-	-	83.240
Letras do Tesouro Nacional - LTN	83.240	-	-	83.240
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	4.879	4.879
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	-	-	4.879	4.879
Total	587.542	-	4.879	592.421

As aplicações no mercado aberto representadas pelas operações compromissadas e os títulos privados encontram-se custodiadas na CETIP - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e os lastros das operações no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

6. Instrumentos Financeiros

A metodologia para determinação do valor justo está descrita na Nota 3.e.3.2 e todos os ativos financeiros descritos abaixo possuem hierarquia Nível I, não houveram reclassificações no período.

a.1) Classificação por Título, Vencimento, Valor Justo e Curva

a.1.1) Ativos Financeiros mantidos para negociação

a.1.1.1) Títulos Privados e Públicos

	Sem Vencimento	Até 3 meses	Acima de 12 meses	Valor Contábil/Valor Justo	31/12/2016
					Valor de Curva
Carteira Própria					
Títulos Privados					
Ações de Companhia Abertas	46.461	-	-	46.461	24.930
Cotas de Fundo multimercado	29.008	-	-	29.008	29.008
Títulos Públicos					
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	-	12.625	12.625	12.627
Vinculados a compromissos de recompra					
Títulos Públicos					
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	-	100.956	100.956	100.992
Total Títulos Privados	75.469	-	113.581	189.050	167.557
31/12/2015					
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Valor Contábil/Valor Justo	Valor de Curva
Títulos Privados					
Ações de Companhia Abertas	67.129	-	-	67.129	33.249
Cotas de Fundo multimercado	52.487	-	-	52.487	52.487
Certificado de depósito bancário	-	15	356	371	371
Total Títulos Privados	119.616	15	356	119.987	86.107

Não foram identificados indícios de perda por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros mantidos para negociação.

a.1.1.2) Derivativos

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor justo e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2016		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
NDE			
Posição Ativa			
Pré-Fixado	21.221	21.987	766.065
Dólar	248	130	800.487
Passivo			
Pré-Fixado	(42.511)	(48.688)	(1.566.552)
Dólar	(42.400)	(48.604)	(800.486)
Euro	(111)	(84)	(762.622)
	-	-	(3.444)
Diferencial Líquido	(21.042)	(26.571)	-
Swap			
Posição Ativa			
Pré-Fixado	1.401	3.191	91.723
Dólar	123	1.271	41.702
CDI	861	1.274	25.063
	417	646	24.958
Passivo			
Pré-Fixado	(121)	-	(91.723)
Dólar	(68)	-	(26.216)
CDI	-	-	(23.805)
	(53)	-	(41.702)
Diferencial Líquido	1.280	3.191	-
Opções			
Posição Passiva			
Futuro Dólar	-	(10)	(3.500)
	-	(10)	(3.500)
Diferencial Líquido	-	(10)	(3.500)
COE (Certificado de Operação Estruturada)			
Posição Ativa			
Dólar	-	53	4.070
	-	53	4.070
Posição Passiva			
Dólar	-	(309)	(4.070)
	-	(309)	(4.070)
Diferencial Líquido	-	(256)	-
31/12/2015			
	Valor de Curva	Valor Justo	Valor Referencial do Contrato
NDE			
Posição Ativa			
Commodities	63.238	42.911	3.190.629
Pré-Fixado	-	-	-
Dólar	27.446	2.115	2.536.589
Real	35.792	40.796	654.040
	-	-	-
Passivo			
Commodities	(13.907)	(33.650)	(3.190.629)
Pré-Fixado	-	-	-
Dólar	(11.781)	(6.293)	(654.040)
Real	(2.126)	(27.357)	(2.536.589)
	-	-	-
Diferencial Líquido	49.331	9.261	(0)
Swap			
Posição Ativa			
Pré-Fixado	16.543	20.491	472.553
Dólar	38	-	41.702
CDI	16.373	19.992	335.878
	132	499	94.973
Passivo			
Pré-Fixado	(5.478)	(7.816)	(472.553)
Dólar	-	-	(327.939)
CDI	(5.211)	(6.322)	(93.195)
	(267)	(1.494)	(51.419)
Diferencial Líquido	11.065	12.675	-

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2016			31/12/2015		
Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Valor Justo	Total	Valor Referencial dos Contratos		Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos
			Total	Referencial dos Contratos		
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	(21.042)	(5.529)	(26.571)	1.566.552	(40.070)	3.190.629
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	1.280	1.911	3.191	91.723	1.610	472.553
Contratos de Opções a Receber/(Pagar)	(27)	17	(10)	3.500	-	-
COE (Certificado de Operação Estruturada)	-	(256)	(256)	4.070	-	-
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	-	11.537.664
Total	(19.789)	(3.857)	(23.646)	1.665.845	(38.460)	15.200.846

a.1.1.3) Derivativos por Vencimento

	31/12/2016			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	5.318	(31.889)	-	(26.571)
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	1.364	1.120	707	3.191
Operações Opções a Receber/(Pagar)	(10)	-	-	(10)
COE (Certificado de Operação Estruturada)	-	(256)	-	(256)
Total	6.672	(31.025)	707	(23.646)

	31/12/2015			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	(19.147)	26.978	1.430	9.261
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	(5.433)	19.144	(1.036)	12.675
Operações Opções a Receber/(Pagar)	-	-	-	-
Total	(24.580)	46.122	394	21.936

Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de boi gordo, DI, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 9.618 ativos (31/12/2015 - R\$ 20.774 ativos), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores" nota 9.

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 172.127 (31/12/2015 - R\$ 59.903) este representado por LTN R\$ 60.758 e NTN R\$ 111.369. Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP e na BM&FBovespa.

a.1.2) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

	31/12/2016				
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Valor Contábil/Valor Justo	Valor de Curva
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	20.469	20.469	19.844
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	50.570	50.570	49.647
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	31.564	187.675	219.239	218.031
Total Títulos Públicos	-	31.564	258.714	290.278	287.522
Títulos Privado					
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	-	-	3.012	3.012	2.989
Debêntures ⁽²⁾	-	51.848	323	52.171	51.109
Nota promissória	-	54.337	-	54.337	54.383
Total Títulos Privados	-	106.185	3.335	109.520	108.481
Vinculados a compromissos de recompra					
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	50.076	99.884	149.960	148.953
Total Títulos Públicos	-	50.076	99.884	149.960	148.953
Títulos Privados					
Debêntures ⁽²⁾	-	-	55.512	55.512	55.410
Total Títulos Privados	-	-	55.512	55.512	55.410
Vinculados a prestação de garantias					
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	60.758	60.758	58.903
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	32.726	78.643	111.369	111.330
Total Vinculados a prestação de garantias	-	32.726	139.401	172.127	170.233
Total	-	220.551	556.846	777.396	770.599

	31/12/2015				
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Valor Contábil/Valor Justo	Valor de Curva
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	62.467	-	12.637	75.104	76.455
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	42.216	42.216	49.111
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	71.054	54.140	125.194	125.846
Aplic. em TVM no Exterior	328.650	-	-	328.650	332.283
Total Títulos Públicos	391.117	71.054	108.993	571.164	583.695
Títulos Privado					
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	-	-	3.038	3.038	3.015
Total Títulos Privados	-	-	3.038	3.038	3.015
Vinculados a prestação de garantias					
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	50.551	50.551	55.896
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	9.352	-	9.352	9.433
Total Vinculados a prestação de garantias	-	9.352	50.551	59.903	65.329
Total	391.117	80.406	162.581	634.105	652.039

(1) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Estes papéis são remunerados às taxas de 11,00% e 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

As operações compromissadas e os títulos privados encontram-se custodiadas na CETIP - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, os lastros das operações no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os títulos no exterior são custodiados na Euroclear

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelo fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) ou agentes de mercado, quando necessário.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Ganho/(Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	110.735	82.501
Rendas de Títulos de Renda Fixa	44.751	80.423
Rendas de Títulos de Renda Variável	13.290	3.512
Resultado de Títulos no Exterior	26.637	42.601
Total de Títulos	195.413	209.037
NDF	85.874	(935.998)
"Swap"	(72.063)	123.390
Opções	43.140	57.910
Futuro	82.930	705.469
COE (Certificado de Operação Estruturada)	34	-
Total de Derivativos	139.915	(49.229)
Total de Ganho Líquido com Títulos e Derivativos	335.328	159.808

7. Empréstimos e Recebíveis e Perdas por Redução ao Valor Recuperável

a) Composição por Produto

	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos	1.327.956	1.444.309
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	378.006	379.198
Capital de Giro	825.380	912.409
Conta Corrente Garantida	100.446	144.267
Cheque Especial e Adiantamento a Depositante	15.272	6.120
Empréstimo Consignado	8.852	2.315
Cartão de Crédito	106.859	264
Financiamentos ⁽²⁾	1.169.441	1.330.998
Cédula de Crédito à Exportação (CCE)	920.277	1.138.786
Financiamento a Importação	-	4.016
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	93.755	66.708
Financiamentos Imobiliários	155.409	119.397
Operações de crédito vinculado a cessão	-	2.091
Adiantamentos a contratos de câmbio	91.394	52.457
Outros Créditos	2.469.829	1.396.155
Recebíveis adquiridos (2)	2.469.829	1.396.155
Operações no exterior	148.084	-
Sub-Total	5.313.563	4.224.183
Perdas por Redução ao Valor Recuperável	(225.208)	(114.110)
Total	5.088.355	4.110.073

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) O Banco possui créditos adquiridos da Cadeia Produtiva da J&F Investimentos no montante de R\$ 1.809.623 (2015 - R\$ 1.187.930)

b) Concentração por Setor de Atividades

	31/12/2016			Total
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	
Setor Privado				
Rural	91.242	839.112	386.008	1.316.362
Indústria	74.126	684.104	395.209	1.153.439
Comércio	58.632	2.208.774	89.673	2.357.079
Outros Serviços	1.271	278.687	71.509	351.467
Pessoas Físicas	17.179	112.152	5.885	135.216
Total	242.450	4.122.829	948.284	5.313.563

	31/12/2015			Total
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	
Setor Privado				
Rural	68.924	981.669	312.391	1.362.984
Indústria	20.683	540.066	191.277	752.026
Financeiro	-	74.709	-	74.709
Outros Serviços	16.322	1.811.271	187.571	2.015.164
Pessoas Físicas	1.038	11.996	6.266	19.300
Total	106.967	3.419.711	697.505	4.224.183

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Concentração de Crédito

	31/12/2016			
	Valor	% da Carteira	Perda por redução ao valor recuperável	% Perda por redução ao valor recuperável
10 Maiores Devedores	1.191.768	22%	68.284	30%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.394.597	26%	80.029	36%
100 Maiores Devedores Seguintes	783.734	15%	24.136	11%
Demais Devedores Seguintes	1.943.464	37%	52.759	23%
Total	5.313.563	100%	225.208	100%

	31/12/2015			
	Valor	% da Carteira	Perda por redução ao valor recuperável	% Perda por redução ao valor recuperável
10 Maiores Devedores	836.966	20%	4.518	4%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.257.252	30%	63.400	56%
100 Maiores Devedores Seguintes	753.200	18%	3.168	3%
Demais Devedores Seguintes	1.376.764	32%	43.024	37%
Total	4.224.183	100%	114.110	100%

d) Movimentação da Provisão de Perdas por Redução ao Valor Recuperável - Empréstimos e Recebíveis

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	114.110	36.681
Constituições Líquida de Reversão	185.705	82.072
Baixa para Prejuízo	(74.607)	(4.643)
Saldo Final ⁽¹⁾	225.208	114.110
Créditos Recuperados	29.236	15.003

(1) Inclui provisão para cobrir as eventuais perdas dos avais e fianças honradas.

No exercício de 2016, os créditos renegociados são de R\$ 283.382 (31/12/2015 - R\$ 174.654) e a Perda por redução ao valor recuperável constituída para esses contratos é de R\$ 61.148 (31/12/2015 - R\$ 26.085), relativo as operações vencidas e repactuadas. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 26.

e) Cessão de Ativos Financeiros

Com Transferência Substancial de Risco

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. Efetuamos a venda da carteira no valor de R\$ 36.747 conforme segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Valor da venda carteira ativa ⁽¹⁾	19.505	-
Valor da venda carteira baixada para prejuízo ⁽²⁾	17.242	-
Total da venda ⁽³⁾	36.747	-

(1) Não houve lucro na cessão a venda foi realizada pelo valor contábil da carteira e neste montante não está refletida a eventual reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

(2) O montante de R\$ 17.242 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

(3) Venda feita com partes relacionadas

Com Retenção Substancial de Risco

O Banco realizou operações de Venda ou Transferência de Ativos financeiros em que ocorreu a retenção substancial dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Dessa forma, tais créditos permanecem registrados como operações de crédito e um passivo é reconhecido.

O saldo do passivo registrado pelo reconhecimento da obrigação está representado da seguinte forma:

	31/12/2016	31/12/2015
Carteira Cedida com coobrigação	-	2.089
Ganho a ser reconhecido pelo prazo do contrato	-	98
	-	2.187

O saldo da carteira não baixada do ativo está representado da seguinte forma:

	31/12/2016	31/12/2015
Operações de Crédito Vinculadas à cessão	-	2.091
	-	2.091

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Receita com Juros e Similares

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.249	30
Rendas de Empréstimos	575.410	307.879
Rendas de Títulos Descontados	55.100	23.783
Rendas de Financiamentos	166.347	461.831
Despesas De Cessao De Operacoes De Credito	6	(5.653)
Perdas com Créditos incobráveis	(4.249)	(5.999)
Total	793.863	781.871

g) Taxa efetiva de Juros

A Instituição entende que os custos de captação, por se tratarem de valores imateriais, já estão refletidas na taxa efetiva de juros das operações de crédito.

8. Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

a) Créditos Tributários

	31/12/2016	31/12/2015
Créditos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	216.173	156.995
Constituições	155.605	131.640
Reversões	(116.815)	(72.462)
Saldo Final	254.963	216.173
Débitos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	4.132	13.610
Constituições	11.740	83.067
Reversões	(1.068)	(92.545)
Saldo Final	14.804	4.132
Ativo/Passivo Fiscal Diferido	240.159	212.042

a.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018).

Em 30 de junho de 2015 a alíquota era de 15% com o advento da da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados pelo líquido nas rubricas "Ativos Fiscais".

	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo Fiscal	200.186	199.571
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	50.047	49.893
Base Negativa de Contribuição Social	203.613	202.665
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20%	40.723	40.533
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	199.873	103.489
Perda por redução ao Valor Recuperável - outros créditos	25.334	10.621
Provisão fiança	-	-
Provisão para Ações Trabalhistas	20.621	18.752
Provisão para Contingências Cíveis	20.689	33.759
Provisão para Despesas Administrativas	48.002	45.361
Provisão PLR - Administradores	20.766	18.510
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	5.884	18.899
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	14.324
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	-	4.580
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	-
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	-	(879)
Perdas em Empréstimos e Repasses	4.028	4.227
Ajustes 1º adoção IFRS	-	-
Outras Diferenças Temporárias	19.369	5.473
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	364.566	277.114
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	364.566	277.114
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	91.142	69.279
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	72.913	55.423
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	-	4.580
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	17.957
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	-	22.537
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e Cofins Diferidos	-	1.048
Total do Ativo Fiscal Diferido	254.824	216.175

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2016	31/12/2015
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	17.626	-
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	6.776	-
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(1.148)	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	6.447	8.691
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(300)	(404)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	29.401	8.287
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	7.350	2.072
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	5.880	1.657
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	17.626	-
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	6.776	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	6.447	8.691
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	30.849	8.691
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e Cofins Diferidos	1.434	404
Total do Passivo Fiscal Diferido	14.665	4.133
Ativo/Passivo Fiscal Diferido	240.159	212.042

a.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	31/12/2016			31/12/2015		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2016	-	-	-	42.815	4.133	38.682
2017	65.861	(14.806)	51.055	82.006	-	82.006
2018	101.788	-	101.788	79.659	-	79.659
2019	42.956	-	42.956	6.833	-	6.833
2020	43.988	-	43.988	2.583	-	2.583
Apartir de 2021	372	-	372	2.279	-	2.279
Total	254.965	(14.806)	240.159	216.175	4.133	212.042

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

b) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários, líquido do passivo fiscal diferido é de R\$ 220.009 (31/12/2015 - R\$ 199.675), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

9. Outros Ativos Financeiros

	31/12/2016	31/12/2015
Direitos s/ Venda de Cambio	2.611	729
Rendas a Receber	2.269	-
Negociação e Intermediação de Valores	9.618	-
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes ⁽¹⁾ (Nota 15.a.1 e a.2)	10.507	10.980
Total	25.005	11.709
Circulante	25.005	11.709

(1) O Banco possui apenas uma ação ativa de natureza tributária e ações trabalhistas e cíveis, para as quais foram efetuados depósitos judiciais.

9.a Resultado Operações de Câmbio

	31/12/2016	31/12/2015
Variação cambial	(121.380)	(610)
Resultado operações de câmbio	540	39.904
	(120.840)	39.294

10. Imobilizado de uso

Outros Ativos Tangíveis	31/12/2016		
	Taxas	Custo	Depreciação Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	10%	35.227	(4.733)
Sistemas de Processamento de Dados ⁽¹⁾	20%	86.150	(12.513)
Sistemas de Segurança e Comunicações	10%	840	(6.437)
Outros	10%	552	(552)
Total		122.769	(24.235)
			98.534

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Taxas	Custo	Depreciação	31/12/2015
				Residual
Outros Ativos Tangíveis				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	10%	11.627	(2.028)	9.599
Sistemas de Processamento de Dados	20%	105.504	(9.520)	95.984
Sistemas de Segurança e Comunicações	10%	971	(590)	381
Outros	10%	552	(527)	25
Total		118.654	(12.665)	105.989

11. Ativo Intangível

	Custo	Amortização	31/12/2016	31/12/2015
			Líquido	Líquido
Gastos com Desenvolvimento	47.799	(8.157)	39.642	117.053
Softwares Desenvolvidos ⁽¹⁾	633.322	(33.530)	599.792	-
Gastos com Consultoria	-	-	-	132.485
Ágio de Incorporação ⁽²⁾	-	-	-	6.282
Folha de Pagamento	-	-	-	207.346
Total	681.121	(41.687)	639.434	463.166

(1) Refere-se a softwares desenvolvidos para o projeto Banco Digital.

(2) O investimento que gerou o ágio foi alienado em dezembro de 2016 pelo valor contábil não gerando resultado na alienação.

12. Outros Ativos

	31/12/2016	31/12/2015
Correspondentes no País	20	16
Outros Valores e Bens	64.857	88.460
Despesas Antecipadas	16.928	32.621
Adiantamentos Salariais/Outros	8.312	5.317
Devedores Diversos no País	6.496	1.367
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 28)	410.270	-
Outros	11.949	-
Total	518.832	127.781

13. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

a) Recursos de Clientes

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2016
					Total
Depósitos à Vista	77.850	-	-	-	77.850
Depósitos Interfinanceiros	-	12.557	60.334	-	72.891
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE ⁽¹⁾	-	356.692	805.408	1.836.017	2.998.117
Total	77.850	369.249	865.742	1.836.017	3.148.858

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2015
					Total
Depósitos à Vista	68.559	-	-	-	68.559
Depósitos Interfinanceiros	-	2.035	-	-	2.035
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE ⁽¹⁾	-	323.915	381.557	631.910	1.337.382
Total	68.559	325.950	381.557	631.910	1.407.976

(1) Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE).

Em 31 de dezembro de 2016 os Depósitos a Prazo estão compostos por RDB no montante de R\$ 198.697 (31/12/2015 - R\$ 100.721), CDB no montante de R\$ 2.799.420 (31/12/2015 - R\$ 1.136.830) em 31.12.2016 o Banco não possuía saldo em DPGE (31/12/2015 R\$ 101.904).

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 129,50% do CDI, (31/12/2015 - 95% e 120% do CDI); e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 11,89% a.a. e 19,19 % a.a. (31/12/2015 - 12,7% a.a. e 19,45% a.a.). Para operações de RDB com taxas pós-fixadas praticadas de 101% a 106% do CDI (31/12/2015 - 113% do CDI).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Recursos de Instituições Financeiras

	31/12/2016	
	Até 3 Meses	Total
Carteira Própria		
Títulos Públicos ⁽¹⁾	305.428	305.428
Carteira de Terceiros		
Títulos Públicos - NTN B	84.663	84.663
Total	390.091	390.091

(1) Refere-se a LTN e Debentures.

	31/12/2015	
	De 3 a 12 Meses	Total
Carteira Própria		
Títulos Públicos ⁽¹⁾	82.419	82.419
Total	82.419	82.419

(1) Refere-se a LTN.

c) Recursos de Emissão de Títulos

	31/12/2016			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares				
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	489.564	417.164	154.830	1.061.558
Letras de Crédito do Imobiliária - LCI	266.194	635.727	228.912	1.130.833
Letras Financeiras- LF	33.252	80.950	101.754	215.956
COE (Captação de operação estruturada)	145	2.278	-	2.423
Total	789.155	1.136.119	485.496	2.410.770

	31/12/2015			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares				
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	411.498	915.277	446.225	1.773.000
Letras de Crédito do Imobiliária - LCI	90.213	132.505	50.394	273.112
Letras Financeiras- LF	-	-	119.256	119.256
Total	501.711	1.047.782	615.875	2.165.367

O Banco realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 89% e 104% do CDI (31/12/2015 - 88% e 104% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 10,78% a.a. e 16,62% (31/12/2015 - 8,9% a.a. e 17% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 87% a 102,60% do CDI (31/12/2015 - 88% e 103% do CDI). Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 115% a 120% do CDI ou 107,5% a 108,5% do IPCA, (31/12/2015 115% a 120% do CDI ou 107,5% a 108,5% do IPCA).

d) Despesa com Juros e Similares

	01/01 a	
	01/01 a 31/12/2016	31/12/2015
Depósitos a Prazo	(280.356)	(136.970)
Depósitos Interfinanceiros	(3.414)	(11.932)
Captação no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(5.908)	(6.437)
Despesas De Letras Financeiras e Imobiliárias	(105.382)	(34.077)
LCA	(191.196)	(160.511)
Despesa de contribuição FGC	(6.900)	(5.838)
Empréstimos e Repasses	(17.310)	(229.819)
Outros	(20.489)	(207)
Total	(630.955)	(585.791)

(1) Inclui, principalmente, despesas com recursos de mercados e emissão de títulos.

14. Outros Passivos Financeiros

a) Obrigações por repasses

	01/01 a	
	01/01 a 31/12/2016	31/12/2015
Obrigações por Repasses - Funcafé	95.458	70.815
Captações no Exterior	104.017	447.875
Negociação e Intermediação Financeira	-	(20.773)
Carteira Câmbio	7.363	1.644
Total	206.838	499.561

15. Provisões

a) Provisões e Passivos Contingentes

	31/12/2016		31/12/2015	
Provisão para Ações Trabalhistas (Nota 15.a.1.1)	20.622		18.752	
Provisão para Ações Cíveis (Nota 15.a.2.1)	20.689		33.760	
Total	41.311		52.512	

a.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. A movimentação das provisões para processos trabalhistas está demonstrada a seguir:

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 5.730 (31/12/2015 - R\$ 2.344).

	31/12/2016		31/12/2015	
	Trabalhistas	Trabalhistas	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial				
Constituição	18.752		20.874	
Atualização Monetária	9.104		7.045	
Reversão	3.506		1.408	
	(10.740)		(10.575)	
Saldo Final	20.622		18.752	

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 4.778 (31/12/2015 - R\$ 6.778).

	31/12/2016	31/12/2015
	Cíveis	Cíveis
Saldo Inicial	33.759	28.594
Constituição	4.447	5.222
Atualização Monetária	1.708	1.328
Reversão	(19.225)	(1.385)
Saldo Final	20.689	33.759

a.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Banco possuía os seguintes montantes de passivo contingente classificado como possível.

	31/12/2016	31/12/2015
Processos Trabalhistas	2.556	4.381
Processos Cíveis	30.557	30.004
Total	33.113	34.385

16. Obrigações Fiscais

	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e Contribuições a Recolher		
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	1.827	1.961
Impostos e Contribuições sobre Salários	11.397	9.420
Outros	2.932	7.790
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros		
Provisão para Imposto de Renda	8.301	22.573
Provisão para Contribuição Social	6.682	15.965
Total	31.139	57.710

17. Outros Passivos

	31/12/2016	31/12/2015
Transferências Internas de Recursos	10.133	-
Ordens de Pagamento em Moeda Estrangeira	20.908	295
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	10.000
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	21.221	19.588
Outras Despesas Administrativas	1.483	574
Outros Pagamentos	73.001	65.853
Consignados	5	-
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	14.134	15.243
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	11	1.221
Cessões de Crédito a Liquidar ⁽²⁾	268	281
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	-	3.751
Rendas Antecipadas	7.593	2.941
Outras	87.637	14.187
Total	236.394	133.934

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (sem coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016, o Capital Social de R\$ 2.130.001 (31/12/2015 - R\$ 2.130.001) de domiciliados no País, integralizado é assim apresentado:

	31/12/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.912	76.089	2.130.001
Total	2.053.912	76.089	2.130.001

	31/12/2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.912	76.089	2.130.001
Total	2.053.912	76.089	2.130.001

b) Outros Resultados Abrangentes

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN e LTN e títulos emitidos pelo governo - Outros Países no montante de R\$ 3.554, classificados como disponíveis para venda (31/12/2015 - R\$ (10.976))

c) JCP e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2016 não foram deliberados JCP e Dividendos (31/12/2015 R\$ 43.000)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

19. Limites Operacionais

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções 4.192 e 4.193 de 2013 definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nestas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pela Instituição.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, elaborado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil nos termos da Resolução 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio de Referência Nível I	1.837.621	1.956.339
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	1.837.621	1.956.339
RWA (Patrimônio de Referência Exigido)	9.139.737	6.821.406
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	1.240.323	5.850.627
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	555.151	495.803
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	7.344.262	474.976
Índice de Basileia III e II ⁽¹⁾	20,1%	28,7%

⁽¹⁾ Para fins de apuração do Índice de Basileia, o conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, além de demonstrar a não alongamento dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em abate pela venda da marca. O índice de Basileia não excluiu os impactos mencionados e é de 22,9%.

Em 2016 e 2015 o Banco Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco da instituição. O Banco divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicional ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em dezembro de 2016 e 2015, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

20. Partes Relacionadas

a) Benefícios Pós-Emprego

a.1) Remuneração dos Administradores

Os benefícios de curto prazo recebidos pela administração foram no montante de R\$ 46.031 (R\$ 50.186 – 2015).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consiste na utilização do plano de saúde por 6 meses após o desligamento montam R\$ 96 (R\$ 18 -2015).

O Banco não remunera seus administradores com benefícios pós emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações."

b) Plano de Saúde

O Banco Original é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pelo Bradesco Saúde cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência a saúde, campanhas de prevenção à doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde durante 6 meses após seu desligamento. O montante custeado para os demitidos até 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 486 (31/12/2015 - R\$ 100).

b) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferências		31/12/2016	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

⁽¹⁾ É uma empresa de investimentos (Holding).

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferências		31/12/2015	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

⁽¹⁾ É uma empresa de investimentos (Holding).

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
	46.461	67.129	21.531	7.207
Títulos Públicos				
JBS S.A. (JBS)	46.461	67.129	21.531	7.207
Valores a Receber de Sociedades Ligadas				
J&F Investimentos S.A. (Nota 28)	410.271	-	-	-
Depósito a Vista				
JBS S.A. (JBS)	(147)	(160)	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	(29)	-	-	-
J&F Participações Ltda	(46)	(48)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(17)	-	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(2)	(6)	-	-
Seara Alimentos Ltda	(9.943)	(2.409)	-	-
Vigor Alimentos S.A.	(971)	(578)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(71)	(7.498)	-	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(1)	(2.353)	-	-
Eldorado Brasil Celulose AS	(178)	-	-	-
Promotora (JBS)	(65)	-	-	-
Depósito a Prazo				
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(15.789)	(6.655)	(332)	(1.065)
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(9.959)	(4.441)	(221)	(711)
JBS S.A. (JBS)	(61.831)	(22.196)	(3.543)	(1.196)
ZMF Fundo de Investimento e Participações	-	(334)	-	(23)
Eldorado Brasil Celulose AS	(70.274)	-	(274)	-
J&F Participações Ltda.	(28.961)	(25.518)	(3.852)	(2.778)
J&F Investimentos S.A.	(1.381)	(267)	(1)	-
Seara Alimentos Ltda	(60.385)	(15.136)	(2.385)	(136)
Vigor Alimentos S.A.	(57.442)	(21.645)	(5.296)	(2.199)
Outros ⁽¹⁾	(40)	-	(7)	-
Captação no Mercado Aberto				
Banco Original do Agronegócio S.A.	(84.663)	(82.419)	(6)	(8.969)
JCP a Pagar				
J&F (Nota 19.c)	-	(43.000)	-	(43.000)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas				
Banco Original do Agronegócio S.A.	-	-	-	-
J&F	-	(3.751)	-	-
⁽¹⁾ Inclui Alta Administração e Pessoas Físicas Ligadas.				

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Demais Transações

Cessão de Crédito: Foi feita cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para a J&F Investimentos, no montante de R\$ 36.747. (Nota 8.f)

Direitos Creditórios: Foi feita a aquisição de direitos de recebíveis, a valor de mercado, no montante de R\$ 1.809.623 (31.12.2015- R\$ 1.187.930), da cadeia produtiva da J&F Investimentos S.A. (Nota 10.e)

Alienação de Investimentos: Em dezembro de 2016 a empresa Pic Pay Serviços S.A., controlada pelo Banco Original S.A., foi vendida para a J&F Investimentos S.A. pelo seu valor contábil, não gerando resultado pela sua alienação. O resultado de equivalência patrimonial do período foi reconhecido no resultado.

Prestação de serviços: Em 22 de dezembro o Banco Original firmou contrato com a J&F Investimentos S.A. para adquirir serviços de consultoria de inteligência e marketing, para promoção e divulgação de suas atividades, visando sua consolidação e expansão perante seu público. O valor estabelecido para pagamento dos serviços será baseado em indicadores de performance do Banco. O impacto no resultado se dará em 2017 quando iniciada a prestação dos serviços.

21. Receitas de Serviços e Comissões

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Cobrança e Arrecadações	5.661	2.451
Serviços de Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	3.699	3.266
Serviço Assessoria Financeira	12.390	18.947
Serviço de recebimento e envio de valores	6.136	5.840
Rendas De Garantias Prestadas	4.970	4.373
Outras	(104)	200
Total	32.752	35.077

22. Outras Receitas e Despesas

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Atualização de Depósitos Judiciais	661	772
Atualização de Impostos a Compensar	2.838	490
Recuperação de Encargos e Despesas	1.282	2.399
Provisões/Reversão Operacionais:		
Trabalhistas e Cíveis	11.201	(3.044)
Outras Provisões	(419)	1.870
Crédito fiscal	21.167	-
Outras	(1.239)	(4.334)
Total	35.491	(1.847)

23. Despesas Gerais e Administrativas

a) Despesa de Pessoal

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Remuneração	(164.691)	(83.140)
Encargos	(50.012)	(24.018)
Benefícios	(23.217)	(10.692)
Participação no Lucro	(54.753)	(41.530)
Treinamento	(1.508)	(1.109)
Total	(294.181)	(160.489)

b) Despesa Administrativa

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(51.509)	(24.550)
Depreciações e Amortizações	(52.217)	(1.906)
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	(91.904)	(9.720)
Comunicações	(1.829)	(874)
Processamento de Dados	(66.241)	(13.867)
Aluguéis	(11.473)	(7.188)
Transportes e Viagens	(6.376)	(4.434)
Serviços de Vigilância e Segurança	(3.569)	(1.865)
Manutenção e Conservação de Bens	(4.069)	(2.874)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽²⁾	(21.886)	(10.075)
Água, Energia e Gás	(1.549)	(1.169)
Material	(769)	(691)
Despesas Legais e Jurídicas	(3.580)	(5.503)
Outras	(9.229)	(3.894)
Total	(326.200)	(88.610)

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

(2) Refere-se principalmente a despesas com comissões e bônus a correspondentes bancários.

24. Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Despesa com Cofins	(17.605)	(20.312)
Despesa com ISS	(1.678)	(1.613)
Despesa com PIS/Pasep	(2.863)	(3.302)
Outras	(1.311)	(1.878)
Total	(23.457)	(27.105)

25. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas "Outros créditos - diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado e JCP	7.281	42.139
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(1.845)	-
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(46.453)	(43.877)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	(46.456)	(57.306)
Base de cálculo - CSLL	(37.300)	(1.737)
Base de cálculo - IRPJ	(37.342)	(15.166)
CSLL - 20%	7.460	21.281
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	9.863	4.913
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	17.323	26.194
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	-	-
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	17.323	26.194

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

26. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco pauta sua atuação, no gerenciamento de riscos, nas orientações e princípios estabelecidos pelo Comitê de Basileia, que dissemina padrões mínimos a serem observados nos processos de gerenciamento de riscos e do estabelecimento das necessidades de capital das instituições financeiras.

O Banco adota um gerenciamento integrado de riscos, através da qual são avaliados, de forma consolidada, os impactos potenciais nas necessidades mínimas de capital e na capacidade financeira da instituição.

O Banco preza por uma estrutura organizacional e de processos que permitem um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades.

A governança corporativa do Banco conta com comitês e fóruns colegiados, especializados e com agenda periódica, para a gestão e supervisão das atividades que envolvem o gerenciamento de riscos. As decisões relevantes contam com formalização, para permitir seu monitoramento e a avaliação da efetividade de sua implementação.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de riscos e de capital bem como os limites de riscos são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O comitê de diretoria é a autoridade nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Banco.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizado. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

Os normativos internos para a gestão de riscos são divulgados para o quadro de colaboradores e publicados em ambiente eletrônico.

Seguem as definições para os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional:

Risco de Mercado: a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, inclusive as perdas decorrentes do tamanho da posição detida frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Crédito: a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Risco de Liquidez: a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco Operacional: a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O documento que detalha as práticas de gerenciamento e de controle de riscos pode ser visualizado no site www.bancooriginal.com.br na seção O Original/Demonstrações Financeiras/Relatório de Gestão de Riscos - Circular nº 3.477.

a) Risco de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O Banco gerencia o risco de mercado da carteira de negociação ("trading") através de metodologias baseadas em potenciais de perda decorrentes de variações nos insumos de mercado que influem na carteira. Estas metodologias de mensuração e controle são: (a) o VaR ("Value at Risk") Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e horizonte de tempo ("holding period") variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/immunização da carteira; (b) os Testes de Estresse; (c) e o "Stop Loss".

Adicionalmente, também são monitoradas e controladas as sensibilidades às oscilações paralelas nos fatores de risco que compõem o portfólio.

O gerenciamento do risco de mercado das posições classificadas na carteira de não negociação ("banking") é realizado através da apuração do risco, monitoramento contínuo da exposição e reporte dos resultados. Seguindo as recomendações do Comitê de Basileia, quantifica-se a sensibilidade do portfólio às mudanças na Estrutura a Termo de Taxa de Juros. Este cálculo consiste em verificar choques das curvas de juros considerando variações nas taxas no intervalo de um ano ("holding period"), e uma janela móvel de observação de cinco anos. O resultado é o efeito do percentil de 1% e 99% no valor de mercado do portfólio, considerando os ativos e passivos. Os resultados são reportados tanto à Diretoria quanto ao órgão regulador, por meio da parcela RBAN.

As tabelas a seguir demonstram o histórico de risco de mercado para as carteiras "trading" e "banking".

Para a carteira "trading", o monitoramento é realizado pela medida de "VaR" enquanto que, para a carteira "banking" a métrica consiste na análise de sensibilidade da carteira ao deslocamento da Estrutura a Termo da Taxa de Juros:

Carteira "Trading"	"Value at Risk"			
	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
	Média	Fechamento	Média	Fechamento
Fator de Risco				
Pré-Fixado	8.363	47	834	1.274
Boi Gordo	26	-	2	-
Milho	25	-	-	-
Moedas Estrangeiras	1.862	270	2.734	2.178
Índice Bovespa	248	-	-	-
Ações	13.314	14.470	13.025	10.432
Exposição com Correlação	18.291	14.033	15.006	10.623

Carteira "Banking"	Análise de Sensibilidade			
	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
	Média	Fechamento	Média	Fechamento
Fator de Risco				
Risco de Taxa de Juros	29.449	27.123	28.433	56.661

A composição do valor de marcação a mercado da carteira dos ativos e passivos sujeitos ao risco de taxa de juros pode ser observada abaixo:

	31 de dezembro de 2016			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	2.949	-	-	2.949
Empréstimos e Recebíveis	1.896.079	260.570	295.577	2.452.226
Outros	735.253	60.869	-	796.122
Passivos Financeiros				
Recursos de Instituições Financeiras	1.114	3.630	-	47.744
Recursos de Emissão de Títulos	(124.816)	(446.158)	(697.533)	(1.268.507)
Outros Passivos Financeiros	(101.986)	(74.750)	-	(176.736)
Gap (ativos-passivos)	2.408.593	(195.839)	(401.956)	1.810.800
Derivativos	(144.978)	(44.802)	(104.990)	(294.770)
Total com Derivativos	2.263.615	(240.641)	(506.946)	1.516.030

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31 de dezembro de 2015			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	5.003	-	-	5.003
Empréstimos e Recebíveis	1.167.650	98.906	12.083	1.278.639
Outros	592.375	329.629	-	922.003
Passivos Financeiros				
Recursos de Instituições Financeiras	61	-	-	61
Recursos de Emissão de Títulos	(82.281)	(254.657)	(280.491)	(617.429)
Outros Passivos Financeiros	(19.490)	(45.797)	(4.069)	(69.356)
Gap (ativos-passivos)	1.663.318	128.080	(272.477)	1.518.921
Derivativos	(421.685)	(367.010)	(211.112)	(999.807)
Total com Derivativos	1.241.633	(238.930)	(483.589)	519.114

O risco de variação cambial segregado nas diferentes moedas em que o portfólio do Banco está sujeito pode ser observado nas tabelas abaixo:

	31 de dezembro de 2016	
	Dólar	Euro
Ativos Financeiros		
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	14.674	1.838
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	-	-
Empréstimos e Recebíveis	915.718	-
Passivos Financeiros		
Depósitos de Entidades Financeiras	(104.480)	-
Gap (ativos-passivos)	825.912	1.838
Derivativos	(877.728)	40
Total com Derivativos	(51.816)	1.878

	31 de dezembro de 2015	
	Dólar	Euro
Ativos Financeiros		
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	149	173
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	-	-
Empréstimos e Recebíveis	1.029.584	-
	1.957	2.070
Passivos Financeiros		
Depósitos de Entidades Financeiras	(444.577)	-
Depósitos de Clientes	-	-
Empréstimos e Repasses	(1.957)	(2.070)
Outros Passivos	-	-
Gap (ativos-passivos)	585.156	173
Derivativos	(624.337)	-
Total com Derivativos	(39.181)	173

b) Risco de Crédito

O Banco, em linha com as melhores práticas de mercado e as recomendações do Regulador, optou pela constituição de uma equipe independente para exercer o controle do Risco de Crédito, resguardando-se de potenciais conflitos de interesse durante a execução destas atividades.

Dentre suas principais responsabilidades, o Risco de Crédito zela pela definição e responsabilização dos diversos agentes envolvidos no ciclo de crédito, a formalização dos procedimentos e alçadas, a avaliação e aprovação de práticas, metodologias e critérios de concessão que impliquem individualmente ou de forma conjunta na exposição ao risco de crédito por parte da Instituição.

Igualmente importante, são suas ações de monitoramento do portfólio de crédito, avaliando indicadores de inadimplência, concentração de risco, e estimativa de perda no cenário corrente e em estresse. Estas medidas possibilitam a averiguação da suficiência das provisões e reservas constituídas frente a exposição de risco da Instituição, suportando, consequentemente, os eventuais ajustes necessários.

Sob esta óptica, considera-se risco de crédito como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamentos das obrigações creditícias das contrapartes do Banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura comercial ou inversões de cenários macroeconômicos.

No caso particular onde o cliente é a contraparte do Banco para uma operação de derivativos, contratos com exposição cambial ou indexados a abordagem utilizada é denominada Risco de Crédito Potencial (RCP), pois as perdas estão associadas às flutuações de mercado.

Dada as características de seu portfólio, o Banco opta pela análise individual do risco de crédito de suas contrapartes, tendo por informação os demonstrativos financeiros, as restrições cadastrais, a exposição de crédito por finalidade, aspectos da cadeia produtiva e cenários comerciais, avaliados contra os padrões de mercado, o apetite de risco da Instituição e a experiência progressiva dos executivos de crédito. Desta análise resulta a estimativa do risco de crédito associado à contraparte, medida que direcionará futuras concessões de crédito, nível mínimo de provisionamento, exigência de garantias adicionais e a negociação das condições comerciais dos contratos de empréstimo.

b.1.) Exposição Máxima ao Risco de Crédito

A tabela abaixo demonstram os valores das exposições totais ao risco de crédito utilizado para a alocação de capital, independentemente da ponderação utilizada nas normas legais e mitigação de risco por garantias colaterais aos empréstimos, considerando inclusive as contrapartes centrais:

	Exposição ao Risco de Crédito	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Exposição Total	7.741.195	6.012.273

b.1.1.) Ativos Financeiros

	Exposição ao Risco de Crédito por	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Aplicações no mercado aberto	886.056	587.541
Depósito Interfinanceiro	65.978	4.879
Aplicação em Moeda Estrangeira	17.969	-
Títulos Públicos	725.948	764.613
Título Privado	165.031	-
Derivativos	25.362	63.379
Empréstimos e Recebíveis	5.313.563	4.224.183
Câmbio Exceto ACC	91.352	58.347
Garantias Prestadas	332.369	309.331
Total	7.623.628	6.012.273

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.1.2) Análise do vencimento dos ativos

	Empréstimos e Adiantamentos Impaired e Não Impaired	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Créditos não Vencidos (sem <i>Impairment</i>)	4.464.126	3.728.863
Créditos Vencidos sem evento de Perda	509.373	274.707
Créditos Vencidos com evento de Perda	340.064	220.613
Total de Empréstimos e Adiantamentos de Clientes	5.313.563	4.224.183
<i>Impairment</i> (Perdas por Redução ao Valor Recuperável)	(225.207)	(114.110)
Valor Líquido	5.088.356	4.110.073

Os demais ativos financeiros possuem características especiais que minimizam o risco de perda ou não são aplicáveis no caso de garantias avais e fianças prestadas, dessa forma a instituição divulga somente o risco de crédito da carteira de empréstimos e recebíveis.

b.1.3) Análise dos ativos financeiros que individualmente sofreram *impairment*

A instituição entende que se existirem evidências objetivas de perda nas operações de crédito individualmente relevantes, o valor de perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontando a taxa de juros efetiva original da operação.

Dessa forma o valor da perda mensurado deve ser reconhecido no resultado e demonstrado na Demonstração de Resultado.

Para a análise individual foram considerados os clientes com saldo total ou igual ou superior a R\$ 3 MM e classificação interna de risco como C (classificação interna de risco de acordo com os critérios da Resolução n° 2.682)

As operações individualmente materiais e as operações de crédito relevantes que não foram provisionadas devem ser incluídas na análise coletiva. Para efetuar a análise coletiva, a entidade deve agrupar os ativos por características similares de risco de crédito, que são indicativas da habilidade dos devedores em pagar os montantes de acordo com os termos contratuais.

A carteira de consignado, em *run-off*, foi analisada de forma separada das demais carteiras.

Os contratos com atraso acima de 180 dias são transferidos para *write-off* por se tratar historicamente da expectativa de recebimento da carteira de crédito.

b.2) Risco de Crédito Potencial

Em particular, os derivativos tem pouca previsibilidade de ganhos e perdas associados às oscilações de mercado, motivo pelo qual a instituição utiliza um modelo de análise histórica sobre o ativo subjacente da operação em foco, dado um conjunto de prazos e um nível de confiança, a fim de estimar o risco potencial da operação. Esta medida é denominada Risco de Crédito Potencial (RCP), que é somada à posição de crédito do cliente para fins da apuração da exposição total ao risco de crédito da contraparte.

Abaixo são apresentadas as informações relativas ao valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito potencial e às garantias recebidas para mitigar este risco.

	Valor Nocional - Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito Potencial	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
BMF - Contratos com Câmara Central Atuando como Contraparte	3.619.153	10.083.096
CETIP - Contratos sem Câmara Atuando como Contraparte Central	1.682.344	3.370.990
SELIC - Contrato sem Câmara Atuando como Contraparte Central	1.220.756	669.960
Total	6.522.253	14.124.046

Segue abaixo o valor bruto dos contratos (valores positivos da marcação a mercado) sujeitos ao risco de crédito da contraparte.

	Valor Positivo Bruto - Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito Potencial	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
CETIP - Contratos sem Câmara Atuando como Contraparte Central	25.379	43.649
Derivativos	-	-
SELIC - Contrato sem Câmara Atuando como Contraparte Central	-	-
Aplicações no mercado aberto	-	-
Total	25.379	43.649

b.3) Garantias

A instituição utiliza-se de garantias reais e pessoais como mitigadores de risco em suas operações de crédito, derivativos e operações compromissadas. As operações de crédito são estruturadas e propostas com as garantias de acordo com as características intrínsecas de cada crédito concedido. O processo de análise de crédito verifica as garantias frente o nível do risco da operação, e, por fim, delibera sobre a aprovação, suficiência ou reprovação das garantias apresentadas.

Seguindo linhas gerais, a distribuição geográfica das garantias reais segue aquela das operações de origem. Na maioria dos casos, o tipo de garantia solicitada dependerá da modalidade do empréstimo, qualidade creditícia, ramo de atividade e segmento econômico do proponente da operação de crédito. Assim, a diversificação de garantias recebidas acompanhará a distribuição da carteira de crédito, por modalidades e segmentos.

Segue abaixo a relação das principais garantias operadas pelo Banco:

- Aval dos sócios e colistas;
- Penhor ou alienação fiduciária de bens móveis;
- Hipoteca ou alienação fiduciária de bens imóveis;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios e títulos de crédito; e
- Cessão fiduciária de depósitos e títulos.

O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, em regra se dá nos cartórios competentes.

A avaliação das garantias, em especial relativas à produção agropecuária, é feita com base no preço de mercado do produto na data da concessão e/ou no preço futuro previsto para o produto, considerando o cenário de venda forçada. Realizam-se periodicamente, em média a cada trimestre, ou de acordo com os fluxos de vencimento, histórico ou épocas de abate, colheita, etc., visitas de monitoramento para aferição da real existência das garantias, bem como sua qualidade e condições de manejo e estocagem.

OBanco considera consistentemente as garantias associadas aos empréstimos em carteira , associando ao valor das garantias a probabilidade de arresto das mesmas, para fins de quantificar das potenciais perdas de crédito incorridas em seu portfólio. Esta medida passa a direcionar objetivamente as provisões de crédito constituídas e as ações de cobrança sobre as operações inadimplentes. A redução das perdas potências de crédito somaram aproximadamente R\$15.915 mil reais, no fechamento do exercício. (2015-R\$ 17.219)

	Mitigação de Risco por Garantias		
	Saldo 31 de dezembro de 2016	Valor Mitigado	Impacto na Provisão
Agronegócio	460.935	458.165	(7.011)
Corporate	660.520	651.997	(8.904)
Total Mitigado	1.121.455	1.110.162	(15.915)

	Mitigação de Risco por Garantias		
	Saldo 31 de dezembro de 2015	Valor Mitigado	Impacto PCLD
Agronegócio	609.986	606.384	(7.383)
Corporate	913.510	908.762	(9.836)
Total Mitigado	1.523.496	1.515.146	(17.219)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Tanto para gerenciamento interno como para a apuração do capital a ser alocado para cobertura das exposições relativas ao risco de crédito Circular nº 3.644/2013, a instituição utiliza, nas operações de venda com recompra, os recursos financeiros recebidos como mitigador de risco de crédito. Já nas operações de compra com revenda, os títulos públicos federais recebidos são utilizados como mitigadores de risco de crédito. Com estes procedimentos é possível mitigar quase a totalidade da exposição ao risco de crédito original da operação.

Segue abaixo tabela com as exposições mitigadas nas operações compromissadas para fins de alocação de capital referente à Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco:

	Valor Mitigado por Instrumento	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Compra com Revenda	-	677.908
Venda com Recompra	-	-
Total	-	677.908

b.4) Recuperação e Cobrança

A área de cobrança objetiva minimizar as perdas financeiras associadas ao atraso, parcial ou total, dos contratos de empréstimos. A recuperação de crédito segue as regras definidas na "régua de cobrança" estipulada para cada tipo de modalidade de crédito. Já nas operações de compra com revenda, os títulos públicos federais recebidos são utilizados como mitigadores de risco de crédito. Com estes procedimentos é possível mitigar quase a totalidade da exposição ao risco de crédito original da operação.

b.5) Provisionamento de Crédito

O quadro abaixo traz o montante de provisões e carteira para empréstimos e recebíveis.

	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Individual	983.490	182.676	645.390	65.387
Massificado	4.330.073	42.531	3.578.793	48.723
Total	5.313.563	225.207	4.224.183	114.110

A análise dos dados de provisionamento indica uma redução percentual expressiva dos contratos que representam risco moderado de perda de crédito para a instituição, resultado das estratégias de pulverização do portfólio nos melhores clientes e em contratos com garantias reais associadas, reduzindo consistentemente os riscos de crédito das novas operações.

O total da carteira de empréstimos e recebíveis que apresentam indícios de perda é de R\$ 340.064 (31/12/2015 - R\$ 220.613) e a provisão constituída foi de R\$ 225.207 (31/12/2015 - R\$ 114.110).

b.6) Ativos Financeiros por qualidade de crédito e vencimento

Classificação Interna	2016			
	Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e			
	Aplicações no mercado aberto	Títulos Públicos	Títulos Privados	Derivativos Ativos
Baixo	65.978	725.948	165.031	23.126
Médio	-	-	-	2.236
Alto	-	-	-	-
Impairment	-	-	-	-
Total	65.978	725.948	165.031	25.362

Classificação Interna	2015		
	Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e		
	Aplicações no mercado aberto	Títulos Públicos	Derivativos Ativos
Baixo	4.879	634.105	57.362
Médio	-	-	6.017
Alto	-	-	-
Impairment	-	-	-
Total	4.879	634.105	63.379

b.7) Operações de crédito por qualidade de crédito e vencimento

Classificação Interna	2016			
	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
	Baixo	3.353.175	166.837	-
Médio	956.379	306.678	-	1.263.056
Alto	154.573	35.858	-	190.430
Impairment	-	-	340.064	340.064
Total	4.464.126	509.373	340.064	5.313.563
	84,0%	9,6%	6,4%	100,0%

Classificação Interna	2015			
	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
	Baixo	3.051.347	224.075	-
Médio	526.559	41.930	-	568.489
Alto	150.957	8.701	220.613	380.271
Impairment	-	-	-	-
Total	3.728.863	274.707	220.613	4.224.183
	88,3%	6,5%	5,2%	100,0%

b.8) Operações de crédito por portfólio, classe e qualidade de crédito

		2016				Total
		Baixo	Médio	Alto	Impairment	
Pessoa Física - CPF	Crédito Rural	140.581	26.573	21.184	8.012	196.349
Pessoa Física - CPF	Crédito Rural - Importação e E	305.501	39.557	-	52.222	397.280
Pessoa Física - CPF	Recebíveis	45.963	-	-	-	45.963
Pessoa Física - CPF	Cartão de Crédito	93.727	6.308	252	6.572	106.859
Pessoa Física - CPF	Conta Corrente	9.663	1.724	496	1.468	13.352
Pessoa Física - CPF	Parcelados	14.783	3.252	-	-	18.035
Pessoa Física - CPF	Consignado	520	134	945	716	2.315
Pessoa Física - CPF	Imobiliário	2.151	17	76	1.762	4.007
Pessoa Física - CPF	Total	612.888	77.566	22.954	70.752	784.160
Grandes Empresas		439.110	214.892	27.614	6.391	688.007
Micros/ Pequenas e Médias Empresas		2.468.014	970.599	139.862	262.921	3.841.396
Total		3.520.012	1.263.056	190.430	340.064	5.313.563

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

		2015				
		Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total
Pessoa Física - CPF	Crédito Rural	125.127	19.277	2.912	13.069	160.384
Pessoa Física - CPF	Imobiliário	2.989	-	81	1.792	4.862
Pessoa Física - CPF	Cartão de Crédito	4.866	38	-	-	4.905
Pessoa Física - CPF	Consignado	4.025	402	2.857	1.568	8.852
Pessoa Física - CPF	Crédito Rural - Importação	446.119	2.119	-	61.500	509.738
Pessoa Física - CPF	Total	583.127	21.836	5.850	77.929	688.741
Grandes Empresas		514.611	103.542	7.294	-	625.447
Micros/ Pequenas e Médias Empresas		2.177.685	443.111	146.514	142.684	2.909.995
Total		3.275.423	568.489	159.658	220.613	4.224.183

b.9) Operações de crédito por tipo de análise, porte e qualidade

b.9.1) Não vencidos

Operações Avaliadas Individualmente

		2016			
		Baixo	Médio	Alto	Total
Grandes Empresas		-	132.148	6.796	138.944
Micros/Pequenas e Médias Empresas		-	-	-	-
Pessoa Física		-	174.439	111.129	285.568
Pessoa Física		-	47.422	17.069	64.491
Total		-	354.009	134.994	489.003

Operações Avaliadas Coletivamente

Grandes Empresas		433.260	28.782	9	462.051
Micros/Pequenas e Médias Empresas		2.316.124	558.521	16.149	2.890.793
Pessoa Física		603.792	15.066	3.421	622.279
Crédito Rural		137.753	3.725	2.478	143.956
Crédito Rural - Importação e Exportação		305.501	7.690	-	313.191
Recebíveis		45.919	-	-	45.919
Cartão de Crédito		88.796	2.153	230	91.179
Conta Corrente		9.440	694	144	10.277
Parcelados		14.702	759	-	15.462
Imobiliário		1.357	-	-	1.357
Consignado		323	45	569	937
Total		3.353.175	956.379	154.573	4.464.126

Operações Avaliadas Individualmente

		2015			
		Baixo	Médio	Alto	Total
Grandes Empresas		-	33.917	7.206	41.123
Micros/Pequenas e Médias Empresas		-	324.664	122.704	447.368
Pessoa Física		-	-	-	-
Total		-	358.581	129.910	488.491

Operações Avaliadas Coletivamente

Grandes Empresas		514.574	60.523	88	575.185
Micros/Pequenas e Médias Empresas		1.966.481	88.939	18.190	2.073.610
Pessoa Física		570.292	18.515	2.768	591.575
Crédito Rural		113.772	16.187	-	129.959
Imobiliário		1.964	-	81	2.046
Cartão de Crédito		4.776	16	0	4.793
Consignado		3.693	195	2.687	6.574
Crédito Rural- Importação e Exportação		446.087	2.117	-	448.204
Total		3.051.347	526.558	150.956	3.728.862

b.9.2) Vencidos

		2016		
		Atraso > 1 dia	Atraso > 30 dias	Total
Pessoa Física		-	-	-
Crédito Rural		5.604	4.831	10.435
Crédito Rural - Importação e Exportação		1.323	-	1.323
Recebíveis		44	-	44
Cartão de Crédito		5.113	3.995	9.108
Conta Corrente		768	839	1.606
Parcelados		2.168	405	2.573
Imobiliário		313	575	888
Consignado		529	132	661
Total		15.861	10.776	26.638

Grandes Empresas

		59.813	20.809	80.621
--	--	--------	--------	--------

Micro/ Pequenas e Médias Empresas

		338.780	63.334	402.114
--	--	---------	--------	---------

Total

		414.454	94.919	509.373
--	--	----------------	---------------	----------------

b.9.2) Vencidos

		2015		
		Atraso > 1 dia	Atraso > 30 dias	Total
Pessoa Física		-	-	-
Crédito Rural		13.086	4.270	17.356
Imobiliário		388	636	1.024
Cartão de Crédito		100	12	112
Consignado		431	279	710
Crédito Rural - Importação Exportação		32	2	34
Total		14.037	5.199	19.236
Grandes Empresas		9.055	83	9.138
Micro/ Pequenas e Médias Empresas		236.041	10.291	246.332
Total		259.133	15.573	274.706

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Riscos de Liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, assim como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar ao preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Banco tem como base a Resolução nº 4.090/2012 do CMN.

Desta forma, o gerenciamento do risco de liquidez é parte integrante da gestão da Instituição e do processo de decisão das áreas de gestão e consiste na execução de atividades como, monitoramento e controle das métricas de risco de liquidez, bem como de seus respectivos limites operacionais. Tais métricas definem o caixa mínimo necessário para que a instituição tenha solvência para exercer suas funções sem afetar sua capacidade de honrar com suas obrigações.

Adicionalmente, são realizados testes de aderência dos modelos utilizados nas projeções de fluxo de caixa e reavaliação das métricas, limites operacionais e caixa mínimo.

A apuração do fluxo de caixa é realizada diariamente considerando diferentes tipos de moedas, prazos e valores contratados das operações. Visando uma melhor aderência com o fluxo real, incorpora-se ao fluxo de caixa contratual a ocorrência de eventos esperados que impactem na liquidez da instituição, como probabilidade de inadimplência, renovação de operações, resgate antecipado, etc.

As tabelas abaixo demonstram a expectativa do valor dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros dos seguintes produtos: CDB, CDI, LCA, DPGE, Depósito à Vista e "funding" direcionado. Nesta análise foram considerados os fluxos não descontados e, portanto, os valores podem diferir do apresentado na posição da demonstração financeira.

Também são apresentados os passivos financeiros derivativos, em particular, das operações no mercado de Balcão. Os produtos sujeitos à análise foram o "Swap" e o NDF. O valor em questão representa a marcação a mercado deste conjunto de operações.

	31 de dezembro de 2016			Total
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
Passivos Financeiros				
Passivos Totais	1.218.101	2.280.870	3.158.454	6.657.425
Derivativos	14.496	34.398	-	48.894

	31 de dezembro de 2015			Total
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
Passivos Financeiros				
Passivos Totais	879.525	2.074.112	1.835.741	4.789.378
Derivativos	33.712	6.310	1.421	41.443

Ao longo de 2016, o Banco manteve índices adequados de liquidez. Os ativos líquidos da instituição foram capazes de cobrir em quase três vezes a soma total de todos os depósitos. Cabe ressaltar que, destes depósitos, os passíveis de alta volatilidade são compostos somente por depósitos à vista, e estes correspondem a menos de 1% dos depósitos da Instituição.

31 de dezembro de 2016	
Indicadores	
Ativos Líquidos/Depósitos Totais	0,22
Depósito à Vista/Depósitos Totais	1,35%
31 de dezembro de 2015	
Indicadores	
Ativos Líquidos/Depósitos Totais	0,19
Depósito à Vista/Depósitos Totais	1,67%

d) Risco Operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Banco visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional. Este documento define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

d.f) Gestão de Capital

Gestão de Capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição com a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, visando o planejamento de metas e de necessidade de capital, de acordo com os objetivos estratégicos da instituição (Resolução nº 3.988/2011).

A Diretoria de Riscos monitora e controla a necessidade de capital para fazer frente aos riscos da instituição, reportando os resultados para os órgãos reguladores, as áreas envolvidas no processo e aos comitês gestores.

Os procedimentos relacionados ao gerenciamento de capital têm como objetivo a identificação e avaliação da relação entre o capital exigido e capital disponível. Neste contexto, os processos executados pela Diretoria de Riscos têm como foco: a) evolução e projeção dos principais riscos que a instituição incorre; b) projeção das carteiras de ativos e passivos e dos resultados; c) levantamento das fontes de capital; d) projeção do capital e das necessidades de capital para fazer frente aos riscos; e) apuração e análise da suficiência de capital, de acordo com as metas definidas; e f) aplicação de testes de estresse e reporte dos resultados e controles de limites.

Atualmente, o Patrimônio de Referência (PR) da instituição é composto somente pelo PR Nível I, constituído pelos seguintes instrumentos:

- Ações ordinárias no país;
- Ações preferências não cumulativas e não resgatáveis no país;
- Reserva de lucros;
- Lucros/prejuízos acumulados; e
- Ajustes Prudenciais.

Assim, a instituição não possui instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD), dívidas subordinadas e ações elegíveis a compor o PR Nível II. Na apuração do Patrimônio de Referência (PR) não há nenhum instrumento com prazo de vencimento.

No ano de 2013 o Bacen publicou a Resolução nº 4.193/2013 versando sobre as novas regras de cálculo de capital regulatório, implantando o conceito de Ativo Ponderado pelo Risco ("RWA" , sigla em inglês). Estas regras substituíram as definições da Resolução nº 3.490/2007 onde o conceito de capital se baseava nas parcelas de risco e no Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

27. Resultado por Ação

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
	Lucro Atribuível ao Controlador	24.704
Quantidade Média de Ações em Circulação		
Média Ponderada do Número de Ações Ordinárias	518.913	518.913
Média Ponderada do Número de Ações Preferenciais	18.913	18.913
Total	537.826	537.826
Lucro Atribuível ao Controlador para Ações Ordinárias	23.834	107.628
Lucro Atribuível ao Controlador para Ações Preferenciais	870	3.927
Lucro por Ação Básico e Diluído - Reais		
Ações Ordinárias	0,04593	0,20742
Ações Preferenciais	0,04593	0,20742

28 - Cessão de marca e domínio

O Conglomerado, com o objetivo de expandir a presença no setor de atividade em que atua, optou por utilizar a conceituada experiência na gestão de diversas marcas nacionais e internacionais, da J&F Investimentos S.A., contando com equipe e consultoria global de profissionais especializados na área de inteligência e marketing. Em 22 de dezembro de 2016 o Banco Original S.A. cedeu para a J&F Investimentos S.A.(Parte Relacionada) a titularidade e todos os direitos sobre a marca e nome dos domínios : www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br. O Conglomerado continuará a explorar a marca e domínio mediante pagamento de royalties para a J&F.

Os impactos contábeis pela venda da marca foram:

	R\$
Preço à Vista da Marca e Domínios	422.000
Custo Contábil da Marca e Domínios	(564)
Realização de Despesas Antecipadas de Marketing	(56.760)
Reconhecimento da Correção CDI	1.042
Total (Nota 28)	<u>365.718</u>

O preço de venda acordado foi de R\$ 422.000 apurado por especialistas externos e independentes a ser pago em 36 parcelas nas seguintes condições contratuais: R\$ 11.730 foram recebidos no ato da venda; o saldo de R\$ 410.270 será recebido em 35 parcelas mensais de R\$ 11.720, acrescidos pela variação positiva do CDI a partir do ato da venda até a data do efetivo pagamento; e os pagamentos de royalties não ocorreram em 2016.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

29. Reconciliação

a. Conciliação do Patrimônio Líquido e Lucro Líquido em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

	31/12/2016		31/12/2015	
	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Saldos/Lucro Divulgados em BRGAAP	18.468	2.096.757	105.608	2.063.760
Ajustes que Afetam o Patrimônio Líquido e o Lucro Líquido	6.236	12.372	5.947	6.136
Perda por Redução do Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis (a)	11.339	22.495	10.812	11.156
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os Ajustes	(5.103)	(10.123)	(4.865)	(5.020)
Saldos/Lucro Líquido em IFRS	24.704	2.109.130	111.555	2.069.896

(a) Perda por Redução no Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis

O Banco adota como política contábil as normas brasileiras para perda por redução no valor recuperável de empréstimos e recebíveis, a análise das operações efetuadas pela Administração, a mensuração da redução no valor recuperável, caso a caso, e também a conjuntura econômica, histórico de perda e os riscos e benefícios globais das carteiras, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/2000 do Bacen. As classificações de risco de clientes ("ratings") são atribuídas por modelo de "credit score", sem a ocorrência de melhorias na classificação por parte do comitê de crédito.

De acordo com o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a perda do valor recuperável de um ativo financeiro deve ser reconhecida quando o valor contábil é maior que seu valor estimado de recuperação.

Para mensurar o montante de redução ao valor recuperável de acordo com o IAS 39 o Banco utilizou as seguintes premissas:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros – Com 90 dias de atraso entram as operações de consignado e o "rating" "C" para as operações de empréstimos e financeiros não consignados;
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor; e
- Início de processo de recuperação judicial.

Seguindo os critérios dessas premissas o valor da provisão por perda por redução do valor recuperável de empréstimos e recebíveis foi reduzido em R\$ 22.495

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Original S.A. tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria do Banco Original S.A. é um órgão composto exclusivamente por membros externos, reforçando a independência do Comitê e a ausência de conflito de interesses de seus membros, alinhado às melhores práticas de Governança Corporativa.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Banco, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna, e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Banco Original S.A., de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Banco Original S.A. é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Comitê e indiretamente ao Presidente. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê os Acionistas, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Banco.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A., e que foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

O Comitê reuniu-se 7 vezes no 2º semestre 2016 (13 vezes no ano 2016) e fez 34 reuniões (69 no ano 2016) com a empresa de auditoria independente e com o responsável pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31.12.2016.

O Comitê de Auditoria emitiu 04 recomendações ao longo do segundo semestre de 2016. As recomendações foram classificadas em de implantação necessária (1) e de implantação desejável (3). Todas as recomendações foram aceitas.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Banco Original S.A. a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 29 de março de 2017

Comitê de Auditoria

Marcelo Habice da Motta
Márcio Antônio Teixeira Linares
Miguel Burgos Neto